

Proibida a publicação no todo ou em parte;  
permitida a citação. A citação deve ser textual,  
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

FLORES, Mário César. Depoimento. In: MILITARES e política na Nova República/ Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 93-114.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

Informações sobre a entrevista:

[http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx\\_ho\\_ce\\_popce.asp?cd\\_ent=887](http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=887)

## MÁRIO CÉSAR FLORES

---

NASCEU EM 1931, em Itajaí (SC). Em 1947, ingressou na Escola Naval, formando-se em 1952. Em 1964, servia como chefe de máquinas do cruzador *Barroso*. Em 1968, fez o curso de comando e estado-maior na Escola de Guerra Naval e, em 1969/70, estudou no Naval War College americano. De 1976 a 1978, foi adido militar junto às embaixadas do Brasil em Buenos Aires e Montevideú. Foi promovido a contra-almirante em novembro de 1978 e passou a exercer o cargo de subchefe de estratégia do Estado-Maior da Armada. Entre 1984 e 1985, já como vice-almirante, foi diretor da Escola de Guerra Naval. No início do governo Sarney, foi indicado representante da Marinha na Comissão Afonso Arinos. Promovido a almirante-de-esquadra em novembro de 1987, assumiu em 1988 o cargo de comandante-em-chefe da Esquadra. Em 1989, tornou-se chefe do Estado-Maior da Armada e, com a posse de Fernando Collor na presidência da República, assumiu o Ministério da Marinha, lá permanecendo até a posse de Itamar Franco, em cujo governo assumiu a Secretaria de Assuntos Estratégicos. É autor do livro *Bases para uma política militar* (Unicamp, 1992).

*Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em cinco sessões realizadas no Rio de Janeiro entre 1º de julho e 9 de setembro de 1998.*

*Como foi vivenciada, na Marinha, a conjuntura do final do governo Figueiredo, época da campanha das diretas, Colégio Eleitoral, Maluf ou Tancredo...?*

A Marinha não era malufista. A tendência, diante das opções existentes, era Tancredo. O almirante Maximiano foi um defensor das eleições diretas e foi demitido do cargo de ministro por isso.<sup>21</sup> Eu diria que a transição, o ocaso do regime militar, na Marinha, foi rotina suave.

*Por que a transição política foi pacífica para a Marinha? Foi devido a um condicionamento técnico, educacional?*

A Marinha, primeiro, nunca esteve engajada no regime militar no nível em que esteve o Exército. Nós tivemos o almirante Rademaker como vice-presidente do general Médici, mas em circunstância muito peculiar. Segundo, como na concepção estratégica dos Estados Unidos nossa Marinha tinha um papel clássico no conflito da Guerra Fria — a proteção do tráfego marítimo —, o grosso da Marinha se manteve profissional. Talvez por isso não estivéssemos tão maciçamente envolvidos como o Exército no problema interno. Com exceção do almirante Rademaker, a Marinha não teve personalidade forte no regime militar. Os ministros da Marinha foram pessoas que não se intrometiam nas questões internas do país.

*A escolha do ministro da Marinha de Tancredo foi tranqüila?*

Havia uma competição, sem nenhum reflexo político, entre o almirante Amaral e o almirante Sabóia. O presidente Tancredo, habilmente, os fez ministros do Emfa e da Marinha, respectivamente.

*Qual era o perfil do almirante Sabóia?*

O almirante Sabóia sempre foi dedicado às questões de administração de pessoal. Foi bom marinheiro, comandante de destróier e até comandante da Esquadra; foi instrutor da Escola de Guerra Naval e seu diretor, mas sempre preocupado com pessoal. Também se preocupava com a área das Capitâneas dos Portos, foi capitão de Porto e diretor de Portos e Costa. O almirante Sabóia tinha, portanto, uma formação bastante eclética.

*Na Constituinte, há uma atuação considerada muito eficiente do lobby militar. Como o sr. acompanhou esse processo?*

Fui indicado pelo ministro almirante Sabóia para representar a Marinha na Comissão Afonso Arinos. Os representantes do Exército, da Ae-

---

<sup>21</sup> O ministro Maximiano da Fonseca foi substituído pelo almirante Karam em março de 1984.

ronáutica e eu nos reuníamos na Escola de Guerra Naval, de que eu era diretor, para preparar posições comuns. Tivemos muitos contatos com a Comissão Afonso Arinos, cujo produto o presidente Sarney não usou. Eu não sei por que ele não aproveitou. Alguma razão de ordem política de que eu não estou a par.

Nossa intervenção no processo se limitou às questões que pudessem ter relação com as Forças Armadas. Os assessores das forças tinham instruções muito claras de seus ministros. O que não significa que a gente não se preocupasse com o resto. Mas não se interferia, não se dava opinião na ordem econômica, na ordem social, na ordem política. Nos trabalhos da Constituinte, só fui usado eventualmente, pois não era o representante da Marinha e servia no Rio de Janeiro. Uma participação eventual ocorreu na superação do impasse sobre a destinação constitucional das Forças Armadas. Havia constituintes que não queriam admitir a hipótese do uso das forças para manter a lei e a ordem, hipótese que as forças, em especial o Exército, queriam constitucionalizada. O ministro almirante Sabóia mandou-me conversar com o senador Afonso Arinos. Depois de duas horas de conversa agradabilíssima, ele me perguntou qual a razão da visita. Expliquei-lhe que, embora todos preferíssemos não ter que usar a hipótese de intervenção interna, as forças achavam necessário consigná-las para esse fim porque ninguém poderia ter certeza de que isso nunca seria necessário. Ele prontamente rascunhou a fórmula adotada: “e por iniciativa de um dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”, fórmula aceita sem problema pelas forças.

### *E o Ministério da Defesa?*

Na verdade, houve quem quisesse pôr o Ministério da Defesa na Constituição, mas isto não progrediu porque ministério não é figura constitucional, é figura legal. Tanto assim que cada presidente que entra cria, recria, extingue ministério. O Exército também defendia um preceito que não empolgava a Marinha, e acho que à Aeronáutica tampouco, que era o serviço militar obrigatório. Na Marinha, hoje, a imensa maioria dos marinheiros vêm de escolas de aprendizes, são voluntários e profissionais. Então a Marinha não fazia questão, e o ministro almirante Sabóia optou por uma posição de indiferença. O Exército insistiu e conseguiu, usando argumentos de integração nacional e social, em parte verdadeiros. Quanto à enxurrada de preceitos estatutários que havia na Constituição antiga, critérios de promoção, critérios de passar para a inatividade etc., nós sabíamos que teriam que sair da Constituição e não os defendemos nem na Comissão Afonso Arinos nem no Congresso. Falam muito do *lobby*

das Forças Armadas, eu acho que com preconceituoso exagero. Houve, porém muito menor do que o dos juizes, das polícias e outros.

*Como o sr. avalia os resultados da Constituição de 1988?*

No que concerne às Forças Armadas, o projeto da Comissão Afonso Arinos e a Constituição são parecidos. Em ambos temos o serviço militar obrigatório e o uso das Forças Armadas para manter a ordem interna. Acho que a Constituição de 1988 foi um fruto da época, uma Constituição feita olhando pelo retrovisor: contra o passado, não a favor do futuro. É uma Constituição ambígua, que mistura preceitos de natureza parlamentarista com um governo presidencialista. Tinha que dar o “rolo” que está dando. Ela manteve a ideologia estatizante bastante forte, mas isso está mudando, com as privatizações e a quebra dos monopólios. Devo ressaltar, porém, que tanto na Comissão Arinos como na Constituinte as assessorias militares procuraram opinar só em assuntos relacionados com as Forças Armadas. Na minha opinião, a sugestão da comissão sobre o Conselho de Defesa Nacional era melhor que a do texto constitucional, pois deixava para a lei definir sua composição e atribuições. Sempre achei que, no tocante à composição desse conselho, a Constituição deveria mencionar: “ministros responsáveis pela defesa externa e ordem interna, conforme definido em lei”. Ainda sobre o Conselho de Defesa, chamo a atenção para um erro do texto: citam-se “ministros militares”, com letra minúscula; ora, se o ministro dos Transportes for um general, ele deve ser membro do conselho? Obviamente não houve esta intenção, mas a ambigüidade existe.

*Na época da Constituinte, e durante todo o governo Sarney, quando se lêem declarações dos ministros militares, uma palavra que aparece muito é “revanchismo”. Havia mesmo essa preocupação?*

Havia. Havia gente que desejava uma Constituição revanchista, o que não é construtivo. Não é que isso representasse riscos para A ou B ou C. Representaria, evidentemente, mas não era essa a preocupação. É que uma Constituição voltada para o revanchismo dificilmente seria útil para o futuro. A Constituição tem erros, mas não é revanchista. Prevaleceu a maioria mais serena, moderada.

*Dos três ministros militares, o Leonidas era o mais exaltado.*

Politicamente, era o mais envolvido. O ministro da Aeronáutica era uma boa pessoa, uma pessoa agradabilíssima. O ministro almirante Sabóia era um homem muito discreto, não se metia no que não afetasse a Marinha. O general Leonidas refletia a tradição republicana do Exército, mas

esta tradição parece estar se desvanecendo por força das questões existenciais a respeito das Forças Armadas, sua razão de ser, sua configuração. Para que Forças Armadas? Qual a sua finalidade? A sua finalidade vai definir a sua configuração. Essas questões superam hoje a tradição tutelar.

*Uma explicação que já ouvimos é que o general Leonidas foi escolhido por ser uma pessoa exaltada, para defender a imagem do Exército e evitar o revanchismo.*

A escolha do general Leonidas foi uma atitude inteligente da parte do presidente Tancredo, porque o general Leonidas inspirava, nos que temiam o revanchismo, uma certa confiança, uma certa segurança. Mas o general Leonidas só se empenhou, na Constituinte, nos temas de interesse militar.

*O governo Sarney é caracterizado, em trabalhos acadêmicos, como um período de “tutela” militar.*

Mas o que seria isto? Eu não visualizo qual teria sido a tutela militar concreta. Consta que teria havido, mas não sei se é verdade, uma influência opinativa do general Leonidas na questão de quem deveria assumir, com a doença do presidente Tancredo. No fundo, aquilo está meio enrolado, porque a Constituição diz que o vice-presidente assume no impedimento ou na falta do presidente, e Tancredo não chegou a ser presidente. Durante o governo Sarney, ocorreram alguns episódios de ação militar, como foi o caso de Volta Redonda, mas tutela militar não houve, a acusação é exagerada e preconceituosa.

*A história do mandato de cinco anos para Sarney também é caracterizada como mais um episódio desse poder tutelar.*

Os cinco anos, o almirante Sabóia também defendia. A razão não sei e nunca me interessei em saber.

*A imprensa chegou a noticiar um propósito de golpe de Estado, por parte do ministro do Exército, caso não fossem dados os cinco anos para o Sarney.*

Em 1987, eu era um vice-almirante antigo, no cargo de comandante-em-chefe da Esquadra. Era, portanto, o comandante da maior Força Naval e não ouvi falar disso. Se houve a hipótese, ficou muito restrita. Jamais ouvi o almirante Sabóia falar disso como um ponto de honra. Eu acho que os cinco anos eram uma vontade forte do presidente Sarney. Quanto aos militares, ao menos na Marinha, nunca percebi que o assunto fosse considerado vital. Talvez desejável, mas não vital.

*O sr. não acha que Sarney, em seu governo, passou a se apoiar, cada vez mais, nos ministros militares? Talvez daí tenha vindo a idéia de tutela.*

A idéia efetivamente existia, mas razões de ordem concreta para a idéia, eu nunca as vi. Isso é histórico no Brasil. Os presidentes, seja por que forma tenham chegado ao poder, na medida em que se sentem acuados, fragilizados, por circunstâncias de ordem política e econômica, buscam um amparo nas Forças Armadas, mas isso não é tutela. No caso do presidente Sarney, não há nenhuma razão em evidência para supor que a aproximação tenha se traduzido numa tutela militar. Aliás, houve uma única crise na República brasileira, na qual o presidente da República, acuado e fragilizado, não se aproximou das Forças Armadas em função da crise. Foi a crise do impedimento do presidente Collor. A meu ver, isso foi um passo adiante na história das relações institucionais brasileiras: uma crise grave que redundou no impedimento do presidente da República e na qual as Forças Armadas não interferiram. A única coisa que os militares diziam é que deveria ser respeitado o ritual da Constituição.

*Como o sr. se tornou ministro da Marinha do governo Collor?*

O almirante Sabóia nunca me disse, mas soube que o presidente eleito pediu-lhe uma lista de três nomes, e ele me incluiu nela em primeiro lugar. O presidente Collor não conhecia nenhum, pegou o primeiro da lista.

*O sr. não conhecia a equipe do presidente Collor?*

O que seria a equipe dele? Conheci antes o então deputado Bernardo Cabral, porque o encontrava na residência de um amigo meu em Brasília, o professor Azevedo, que foi reitor da Universidade de Brasília. Conhecia também o que foi ministro da Infra-estrutura, oriundo da Aeronáutica, Osires Silva, mas ele não era da equipe, foi ministro, como eu. Acho que não conhecia mais ninguém.

*Na época da campanha presidencial, saíram algumas matérias em jornais, que diziam que o sr. era a maior “barbada” da escolha ministerial, pois seria ministro da Marinha de Collor, Covas ou Lula.*

Havia a possibilidade, é claro. O meu passado essencialmente profissional talvez facilitasse isto, mas não estou certo a respeito. Acho, porém, que não teria sido ministro do Ulysses, nem aparecia na imprensa essa possibilidade.

*E Mário Covas e Lula, o sr. conhecia? Teria aceitado ser ministro, caso eles tivessem sido eleitos?*

Não os conhecia, mas teria aceitado. Ser ministro de um ministério militar, salvo uma aberração política muito forte, é um encargo mais técnico-profissional que político. Pelo menos, desejamos, agora, que seja assim. O almirante Mauro César, atual ministro da Marinha [1998], se restringe a questões profissionais ou de responsabilidade da Marinha. O general Zenildo e o brigadeiro Lôbo, idem.

*Não é necessário haver afinidade política com o presidente?*

Não. Se houver afinidade política, algo está errado. Não pode haver afinidade política, no sentido da prática política.

*O sr. participava do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, antes de ser ministro?*

Participava de atividades e seminários, desde muito tempo, mas não era ainda conselheiro, como sou hoje. Conhecia, no núcleo, os professores Quartim de Moraes, Eliézer Rizzo de Oliveira e o coronel Cavagnari, figura importante na implantação do núcleo. Na época, era reitor da Unicamp o professor Paulo Renato de Souza, que deu força ao núcleo.

*O sr. foi consultado para a plataforma dos candidatos?*

A mim, nada foi perguntado e, portanto, nada foi dito. O presidente Collor anunciou sua escolha dos ministros militares em 17 de janeiro, mas dessa data até 15 de março, data da posse, nada me foi perguntado a respeito de programas militares, a respeito de nada. As medidas provisórias e os projetos de lei que foram encaminhados, no dia seguinte à posse, ao Congresso Nacional, mesmo os que afetavam as Forças Armadas, eu nem sabia deles; nem os demais futuros ministros militares. A consequência disso foram alguns erros que produziram dificuldades, erros que poderiam ter sido evitados se um de nós três fosse ouvido — um de nós quatro, porque havia também o chefe do Emfa. Por exemplo, a medida provisória que “privatizou” as residências funcionais de Brasília sob condições excepcionais e de que foram beneficiários os mesmos funcionários que resistiram às outras privatizações. Ora, como nós não fomos ouvidos, não houve quem alertasse sobre a rotatividade dos militares no Emfa e na Casa Militar da Presidência. Resultado: hoje, é difícil resolver o problema habitacional dos militares designados para essas organizações, porque os imóveis foram vendidos e os aluguéis em Brasília são muito altos.

*A impressão que se tem é de que Collor, como candidato, não tinha nenhum relacionamento com os militares. Ou, pelo menos, ele gostava de passar essa imagem. Ele era um desconhecido dos militares?*

Completamente desconhecido.

*Como foi sua primeira conversa com ele?*

Ele convidou os três que seriam ministros militares ao gabinete que funcionava num anexo do Itamarati. Fomos os três, o general Tinoco, o brigadeiro Sócrates e eu, na mesma tarde, em horários defasados de meia hora. Ele me disse que havia examinado os nomes dos almirantes e havia optado por me convidar. Não me deu nenhuma orientação de ordem presidencial. Foi uma conversa de uns 10 minutos. Aí passei para uma outra sala, onde fiquei conversando amenidades com o diplomata Marcos Coimbra, que foi secretário da Presidência, até que os outros dois tivessem cumprido o ritual, e então nós três fomos levados pelo presidente a uma sala aberta à imprensa. O presidente apresentou-nos como seus convidados para ministros militares. Ausentou-se, em seguida, deixando-nos, os três, com o deputado Bernardo Cabral, já convidado para a Justiça, respondendo às perguntas da imprensa, predominantemente relacionadas com o futuro comportamento militar na política. Foi tranqüilo. No intervalo entre meados de janeiro e a posse, eu o vi uma vez numa cerimônia. Continuei a ser chefe do Estado-Maior da Armada até dois dias antes da posse.

Já perto da posse, fui procurado por um deputado que ajudava no preparo das medidas provisórias e projetos de leis, para alguns esclarecimentos sem muita importância. Por exemplo, se seria aceitável o chefe do Emfa não ter *status* de ministro. Não o assessoriei sobre a questão residencial porque simplesmente eu a desconhecia. E houve uma reunião realizada na Base Aérea de Brasília, informada à imprensa, em que estavam presentes os três futuros ministros militares, o futuro chefe da Casa Militar, o general Agenor, o Pedro Paulo Leoni Ramos, que viria a ser o primeiro secretário da SAE, e o Lindolfo Collor, tio do presidente Collor, que tinha recebido do sobrinho a incumbência de estudar a reestruturação da inteligência. A reunião foi para nos apresentar o que ele iria levar ao presidente. Suas idéias preconizavam um enxugamento do SNI e de seus campos de atividade, restringindo muito a área de controle político. Nós ouvimos, não tínhamos nada a opor. Na verdade, o presidente não adotou nada daquilo. Ele extinguiu o SNI e criou na SAE um Departamento ou Divisão de Inteligência.

*Pensando no início do governo Collor, como o sr. via as ações do presidente na área militar e na área política em geral? Como o sr. se relacionava com ele e com a equipe do governo?*

Ações na área militar, houve muito poucas. Resumiram-se às de rotina: nomeações de pessoas, as rotineiras reclamações ministeriais quanto a recursos, coisas dessa natureza. Os demais ministros militares e eu acompanhávamos as questões de ordem política e econômica com preocupação, mas não como atores ativos. Houve um problema, um caso em que o presidente nos apoiou, nos autorizou a fazer gestões. Foi a tentativa de um senador do Distrito Federal de, através de um projeto de lei eleitoreiro, estender a venda das residências aos militares, o que seria o caos. Procuramos os senadores, alertamos para as conseqüências, e o projeto não passou.

*E quanto ao episódio da serra do Cachimbo, em setembro de 1990?*

Num certo dia, o presidente reuniu os três ministros militares, o chefe do Emfa, o chefe da Casa Militar e o Pedro Paulo Leoni Ramos, e nos disse que desejava cessar o programa nuclear visando à arma atômica. Reagi, dizendo que não havia programa que levasse à arma atômica. Ele insistiu, nos disse que soube desse programa numa visita que havia feito ao presidente Sarney, antes da posse. Ele desejava que nós verificássemos o que havia e sustássemos o que houvesse.

Sáimos dali para o meu ministério perguntando-nos: há ou não há? Eu tinha convicção de que não havia. Eu conhecia o programa nuclear da Marinha, que nada tinha a ver com arma nuclear. E o brigadeiro Sócrates foi taxativo em afirmar que nada havia na Aeronáutica. De qualquer forma, ele iria tentar verificar, mas achava inverossímil que houvesse. Começamos a tentar saber das coisas e chegamos à conclusão de que, lá no início dos anos 1980, teria havido um projeto de se chegar à arma nuclear, conduzido pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, apoiada num grupo que estudava o uso do laser para o enriquecimento de urânio, no Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA). Além disso, houvera então um breve e incompleto estudo sobre a engenharia mecânica do artefato e início do sítio do teste, os buracos da serra do Cachimbo. Nós fomos à serra do Cachimbo, onde a Aeronáutica mantinha — e mantém — pista e instalações úteis como alternativa para Manaus e Belém, e um oficial mostrou-nos alguns buracos. Todos já inutilizados, nenhum deles teria servido para a experiência. Todos esbarraram em lençóis freáticos, e onde há lençol freático não pode haver essa experiência nu-

clear. O presidente insistiu em ir lá “fechar” o buraco, numa cena testemunhada pela imprensa, com televisão ao vivo. Repito: nenhum teria servido para a finalidade, todos já estavam inutilizados.

*Marketing político?*

É. Parece que foi. Talvez de alcance internacional.

*Isso não causou constrangimento? Ele jogando pá de cal e os três ministros...*

Nós não aparecemos na cena.

*Por que não?*

Por que iríamos participar de uma jogada política? Diante das informações que havíamos colhido, sabíamos que tudo estava inutilizado há cinco ou mais anos, e que o projeto todo havia sido sepultado ainda no governo Figueiredo.

*No início de seu governo, Collor tinha em relação à área de inteligência militar da Marinha, especificamente, alguma diretriz, alguma exigência, como a que fez a respeito do problema nuclear? Ele falou em extinguir os órgãos de informação das Forças Armadas?*

Jamais tocou no assunto comigo e isso pode ser perguntado ao brigadeiro Sócrates e ao general Tinoco. Comigo, em momento nenhum, desde o pré-governo até o fim, jamais tocou na questão da inteligência desenvolvida pelo Ministério da Marinha. Mas já que foi citado o assunto inteligência, aproveito para complementar meu comentário anterior sobre a reunião pré-possesão do presidente Collor, em que o embaixador Lindolfo Collor apresentou o esboço de um novo SNI, abortado pela decisão do presidente de extinguir o SNI e criar a SAE, reunindo o espólio magro do SNI e a Secretaria do Conselho de Defesa Nacional. Este complemento abrange facetas da atividade de inteligência nos governos Collor e Itamar; neste último, porque nele fui secretário de Assuntos Estratégicos.

O Departamento de Inteligência da SAE foi dramaticamente enxugado. Muitas centenas, provavelmente mais de mil funcionários do ex-SNI, não-estáveis, a grande maioria oficiais de reserva, foram demitidos. Gerou-se um clima de contrariedade, e o presidente Collor ficou sem instrumento de inteligência interna. Não sei exatamente quando, mas a falta desse instrumento acabou levando à criação de uma “coordenação” de inteligência interna no gabinete do secretário de Assuntos Estratégicos, e

assim foi até o fim do governo Collor. A meu ver, uma organização precária, com deficiências no seu funcionamento.

Quando o presidente Itamar assumiu, nomeou para o Departamento de Inteligência da SAE o coronel Wilson Romão, um dos demitidos do SNI e seu amigo pessoal, e 10 ou 15 dias depois me nomeou secretário de Assuntos Estratégicos. Fiz ver ao presidente que não tinha sentido a existência de um órgão de inteligência no gabinete do secretário da SAE. Ele concordou, e criamos a Subsecretaria de Inteligência. Logo depois, fui alertado para o fato de que estava havendo o retorno de demitidos do velho SNI para as funções comissionadas dessa subsecretaria. E aí devo fazer justiça ao presidente Itamar: eu lhe disse que aquilo não estava bem, perguntei se tinha a concordância dele, ele respondeu que não e orientou-me a desfazer as nomeações. Na verdade, eu não as desfiz, ainda eram poucas, mas segurei e não houve mais. Cerca de um mês depois, ele tirou o coronel Romão da Subsecretaria de Inteligência. A partir daí, o subsecretário foi civil.

*Quem foi o mentor da política de informações do governo Collor?*

Eu desconfio, embora sem certeza, que foi ele próprio. E o condutor foi o secretário Pedro Paulo Leoni Ramos, que não tinha experiência na área. A pessoa próxima ao presidente que conhecia o assunto era o embaixador Lindolfo Collor, cujo esboço de reestruturação do SNI não foi usado, como já disse antes.

*De onde veio Pedro Paulo, como foi parar no governo?*

Pelo que sei, ele era amigo pessoal do presidente. A esposa dele foi a primeira chefe de gabinete do vice-presidente, Itamar Franco. Parecia-me inteligente, embora nos contatos de finalidade limitada que eu tive com ele nada tenha percebido de anormalmente positivo nem negativo. Era um homem de agradável convívio pessoal, cortês, educado, praticava uma clara deferência pelo fato de eu ser bem mais velho que ele. Esteve comigo pouquíssimas vezes, para familiarizar-se com as questões relativas à área nuclear, que passara da Secretaria do Conselho de Defesa Nacional para a SAE. Sempre em clima de atenciosa e construtiva cortesia.

*Com que periodicidade o sr. despachava com o presidente Collor?*

Eu tinha despachos quinzenais com o presidente, no primeiro ano. Depois, passou a ser mensal, porque não havia razão para despachos mais frequentes. Quando havia alguma razão, o presidente chamava. Na ver-

dade, os despachos formais dos ministros militares são, em geral, os mais fáceis para qualquer presidente. As coisas são levadas “mastigadas”, com lógica, sem nenhuma opção absurda, nenhuma arapuca. Nos meus despachos, em média 40 minutos, os 10 primeiros minutos eram de despacho e o resto era conversa. Conversas agradáveis, o presidente demonstrava curiosidade intelectual, apontava livros que ele achava interessantes. Mas o despacho formal mesmo era simples. Eu apresentava os decretos e as pendências que dependiam dele, e ele, confiante, ia assinando. Às vezes perguntava “o que é isto?”, eu explicava, e tudo seguia normalmente. Certa vez ele parou e viu o meu nome passando para a reserva. Houve, então, um diálogo mais ou menos assim: “Por que isso, por que o sr. vai embora?” “Porque completei 12 anos de oficial-general, isso é lei, não há conversa.” “Essa lei é absurda!” “Não é, não, presidente. Não afeta nada ser ministro, que pode ser civil. Ela é uma lei do presidente Castelo Branco, que dificulta a criação de lideranças corporativas militares fortes, prejudiciais à normalidade das forças.” Ele concordou.

*Ele conversava sobre assuntos de política de governo?*

Comigo, conversava muito sobre questões internacionais e globais. Eventualmente, tocava em algum tema interno, como as dificuldades enfrentadas pelo seu “emendão” constitucional, similares, aliás, às que o presidente Fernando Henrique Cardoso enfrenta hoje [setembro de 1998].

*Com que frequência havia reuniões entre os ministros militares?*

Havia, mas não rotineiras. Vou dar um exemplo. O Emfa preparou um projeto de lei reformulador das pensões militares, que excluía as filhas dos militares do rol de pensionistas. Certo dia, o ministro general Tinoco convidou-nos, o brigadeiro Sócrates, o general Veneu e eu, para almoço em seu gabinete. Com base num caso concreto, ele alertou-nos sobre a situação das filhas com 50 anos ou mais, mulheres de uma época em que o trabalho feminino não era regra geral. Pareceu-me que a ponderação era razoável, e redigi um preceito escalonando no tempo de contribuição, em coerência com a idade das filhas, a entrada em vigor da exclusão das filhas. No Congresso, o *lobby* corporativo, mas não institucional, manteve todas as filhas solteiras! Outro exemplo: quando a ministra Zélia visitou-me em casa, eu convidei os ministros do Exército, Aeronáutica e Emfa ao meu gabinete para expor-lhes o ocorrido.

*Por que a visita da ministra Zélia?*

Isso foi bastante noticiado na imprensa. Ela esteve na minha casa na noite de um determinado dia do mês de março de 1991. Ela me fez uma

longa dissertação sobre dificuldades na manutenção do que já começava a se degradar, a estabilidade produzida pelo Plano Collor I. Ela foi incisiva no sentido de que as dificuldades eram particularmente graves, dada a não-compreensão e a não-colaboração do Congresso Nacional. Perguntei o que ela achava que eu podia fazer. Ela não sugeriu nada contra o Congresso, mas disse que seria impossível conter a inflação, que voltaria a partir de junho ou julho, como voltou realmente. A dissertação pareceu-me tecnicamente certa. Fiquei preocupado, mas observei-lhe tratar-se de um assunto fora da minha alçada. No dia seguinte, convidei ao meu gabinete os outros ministros militares e o chefe do Estado-Maior da Armada, para expor-lhes o que havia acontecido.

*O sr. lembra que medidas ela queria que se tomasse?*

Ela não especificou medidas concretas de qualquer natureza, dentro ou fora dos trilhos da lei.

*O sr. escutava muitos comentários desse teor, do tipo: “O Congresso atrapalha... o Congresso não está colaborando...”? Isso era comum?*

Não. A única vez que ouvi tal tipo de crítica foi na visita que ela fez à minha casa.

*O que se teria em mente? Uma espécie de fujimorização?*

Pode ser, mas a idéia não foi posta. Acho que não seria posta, mas, se fosse, eu apontaria a fidelidade ao ritual da Constituição.

*O sr. disse que no dia seguinte se reuniu com os outros ministros militares, inclusive o general Veneu. Eles também compartilharam dessa posição?*

Imediatamente aprovaram o que eu havia dito, e ponto final.

*Os senhores não ficavam inquietos? Aquilo era uma sondagem para saber até onde os senhores estavam dispostos a apoiar o governo, não?*

Talvez, mas nada foi claramente dito e não houve continuidade. A inquietação não decorreu por causa da visita, e sim do fato de que se estava novamente perdendo o controle da estabilidade monetária, depois de um sacrifício grande para consegui-la. A inquietação com relação ao que poderia estar por trás da conversa não houve.

Cerca de um mês depois, fui com o presidente à Amazônia, e embarcamos num navio da Marinha para uma curta viagem, para que o presidente visse como é o rio e a selva. À noite, conversando com o coman-

dante do Distrito Naval e com o general Agenor, chefe da Casa Militar, relatei a visita, cuja ocorrência fora noticiada na imprensa. Um ou dois dias depois, fui solicitado pelo general Agenor a informar o dia em que aconteceu a visita. Dei a resposta, e uns quatro ou cinco dias depois ela deixou o governo, mas, na verdade, ignoro a razão.

*Em seguida, a essa inquietação econômica juntou-se a inquietação política com aquilo que viria a dar no impeachment. O presidente Collor chegou a fazer alguma sondagem junto aos militares?*

Quando começou a subir a temperatura da crise e, particularmente, depois das declarações do Pedro Collor, nós nos reunimos e acordamos que a nossa posição seria objetivamente *out* e que a nossa atitude seria a de preceituar o respeito à Constituição. Isso foi logo no início da crise. Semanas depois, saiu uma reportagem com declarações graves de um motorista. O presidente estava numa reunião de presidentes na Argentina, e eu estava num sítio aqui no interior do estado do Rio, quando recebi um telefonema pedindo meu regresso a Brasília, o que fiz imediatamente. O então chefe da Casa Civil, Jorge Bornhausen, havia coordenado uma recepção ao presidente. Na base aérea, na sala privativa do presidente, aconteceram várias reuniões. Uma delas com os ministros militares, presente também, se minha memória está certa, o secretário da Presidência, Marcos Coimbra. Não me lembro se o general Agenor também estava. Nessa reunião, dei a opinião de que era preciso que ele, presidente, apresentasse ao povo, de uma maneira clara, explícita, convincente, uma resposta às acusações. Ele foi cortês, agradeceu a opinião e prometeu a resposta. A resposta foi a Operação Uruguai. A temperatura continuou a subir, e os ministros militares continuavam apenas a afirmar que o importante era ser cumprido o ritual da Constituição.

*Há várias declarações dos ministros nesse sentido.*

Como estou dando um depoimento que pode no futuro ser objeto de uso para pesquisa histórica, há um fato que quero registrar, acontecido comigo, mas que dele dei conhecimento aos outros ministros militares e a almirantes antigos. A votação na Câmara para conceder ao Senado a autorização para processar o presidente foi num dos últimos dias de setembro de 1992. Poucos dias antes, o deputado Ulysses Guimarães manifestou o desejo de conversar comigo. Encontramo-nos no mesmo dia, em minha casa.

*O sr. estava sozinho?*

O ajudante-de-ordens me acompanhou, mas não ouviu a conversa. O deputado falou muito sobre a situação desagradável que estava acontecendo e me disse que não tinha certeza de que seria aprovada a autorização para processar o presidente Collor. Se não fosse dada a autorização, como ficaria a situação? Eu respondi que, no meu entendimento, o presidente continuaria presidente. Aí ele perguntou: “E o povo, como fica?” Eu respondi que quem representava o povo eram os deputados, e que se os deputados achassem que não deviam conceder a licença, não me cabia nada a respeito. Ele foi muito cordial, disse-me que eu tinha toda a razão, despediu-se e foi embora.

*Ele conversou só com o sr., e não com os outros dois ministros militares?*

Só comigo. Mas passei a bola imediatamente. Procurei os dois e falei pessoalmente com eles.

*E o que seus colegas acharam?*

Disseram que eu havia dado a resposta certa.

*Mas eles não ficaram, vamos dizer, meio cismados, achando que a conversa de Ulysses era ambígua?*

Eu manifestei a minha idéia de que aquilo era ambíguo e eles concordaram que era ambíguo mesmo.

*Como os senhores acompanharam esse processo que levou ao impeachment? No início era o irmão falando, depois teve a Operação Uruguai, o caso PC...*

Os sintomas de que havia irregularidades eram crescentes, mas na Marinha não detectamos nenhuma, e creio que nos outros dois ministérios militares também não. Nada que a gente pudesse identificar como tentativa de ação irregular por influência de Paulo César Farias ou de quem quer que seja. A impressão que tenho a respeito é de que fomos respeitados; o que houve não chegou aos militares. O nosso acompanhamento da situação foi tranquilo do princípio ao fim.

Saiu na *Veja* uma notícia desagradável segundo a qual eu participava de reuniões secretas no Palácio do Planalto e rapidamente levava o conteúdo dessas reuniões ao vice-presidente. Se houve reuniões secretas no Palácio do Planalto, nunca fui convidado. Quanto ao vice-presidente, mensalmente eu lhe fazia uma visita. Geralmente eu tentava juntar os despachos do presidente às visitas, no Palácio do Planalto e seu anexo.

Todas as vezes em que o vice respondeu pelo presidente, eu pedi despacho para cumprimentá-lo como presidente. Quando ele entrou em rota de colisão com o presidente Collor e não mais compareceu ao gabinete do anexo do Palácio do Planalto, continuei a fazer uma visita mensal na residência. Mas era às claras.

*O sr. tinha algum vínculo pessoal com Itamar?*

Eu o conheci já eleito vice-presidente.

*E por que o sr. resolveu que todo mês ia lá? Comia pão de queijo, tomava cafezinho?*

Porque ele era vice-presidente da República e eu era ministro de Estado. Foi da minha cabeça. Pão de queijo ele nunca me ofereceu, não; cafezinho ofereceu, sempre.

*Como os senhores tinham informações sobre o que estava se passando? O sr. colocava o seu Serviço de Inteligência para saber?*

Fundamentalmente pela imprensa, sabia-se das histórias reais ou supostas, ou inflacionadas, envolvendo o Paulo César Farias. Através do meu Serviço de Inteligência, nunca soube de nada, até porque era uma política da Marinha restringir a atividade do seu Serviço de Inteligência às atribuições legais da Marinha.

*Mas no governo Collor o SNI foi desmontado. E organismos de inteligência organizados continuavam apenas os dos três ministérios militares, além da Polícia Federal.*

Posso assegurar que o Serviço de Inteligência da Marinha não atuou fora da sua alçada, nos episódios pré-*impeachment*.

*Qual era o clima da Marinha em relação a essa conjuntura?*

Isso nunca me preocupou, porque o clima da Marinha era tranqüilo, no respeito à posição que havíamos adotado. Quando eu vinha ao Rio de Janeiro, procurava reunir os almirantes e expunha a situação tanto quanto eu a conhecia; nunca houve qualquer dúvida sobre a posição de respeito à Constituição.

*Por que, na sua opinião, essa foi a primeira grande crise política nacional durante a República na qual os militares não tiveram intervenção? O que mudou?*

Eu acho o seguinte: primeiro, ao longo dos últimos 10 anos, o processo de promoções — eu posso afirmar isso com relação à Marinha, mas

acho que não foi muito diferente nas outras duas forças — levou à cúpula da Marinha oficiais sem envolvimento político. Esses oficiais, essencialmente profissionais, não estão tentados por temas políticos. O almirante Sabóia esteve envolvido na questão da Constituinte porque era ministro da Marinha, mas no passado nunca tinha tido envolvimento com esse tipo de assunto. Além disso, havia, sem dúvida alguma, um certo rescaldo das conseqüências negativas do regime militar sobre as Forças Armadas. Problemas de deterioração do preparo militar e alguma deterioração do nível social e salarial do pessoal. Esse rescaldo reforçava a relutância a dar marcha à ré na história e voltar às interveniências. Finalmente, três ministros militares que, decididamente, não admitiam essa marcha à ré. Hoje prevalece a convicção de que, se houver uma situação de crise tão grave que degenera em desordem, cabe às Forças Armadas o papel constitucional da garantia da lei e da ordem, não lhes cabendo dar a solução política ao problema. Creio que tudo isso ajuda a explicar por que, em toda a história da República, foi essa a primeira crise grave em que não houve interveniência militar. Isso merece uma atenção que nunca foi dada.

*A impressão que temos é de que havia uma expectativa, da imprensa, do governo e dos políticos em geral, de que os militares fizessem alguma coisa.*

Se havia expectativa, era absolutamente inócua.

*Como Collor se comportou até o momento do impeachment? Procurou aproximar-se dos militares? Afastou-se?*

No que me diz respeito, continuou absolutamente na rotina do despacho formal periódico. Perto do desfecho da crise, tive despachos com ele e conversamos sobre assuntos que nada tinham a ver com a crise. Comigo ele não tocou no assunto da crise nem disse algo que eu pudesse interpretar como uma insinuação de pedido de apoio.

*Nem de explicação? Na véspera do impeachment, eu imagino que ele se tenha manifestado...*

A mim, não. Uns dois ou três dias antes da concessão da licença para o processo de impedimento, eu e os outros ministros militares tivemos despachos em separado com ele. Deu-me a impressão de que ele visualizava que haveria a licença que o afastaria do governo, e usou os despachos para assinatura de alguns últimos atos, coisa de 10, 15 minutos. Comigo não falou no assunto da crise.

*Qual sua impressão da última reunião ministerial?*

Parecia que não havia nada. A última reunião ministerial foi convocada por questões gerais de governo, e ele a presidiu como se não existisse crise, não existisse nada. Nos chamou a atenção a força daquele homem, certamente vivendo um drama profundíssimo; ele presidiu uma reunião de ministros com absoluta normalidade. Os assuntos da pauta foram tratados como se não houvesse crise nenhuma. O presidente Collor tinha, nas reuniões do ministério, uma atitude muito forte. Parecia à vontade na cultura do poder. De todo o primeiro escalão eu só vi, uma só vez, uma pessoa tratá-lo com familiaridade: foi o secretário do Meio Ambiente, Lutzemberg.

Houve uma vez em que ele começou a reunião ministerial se queixando dos vazamentos para a imprensa. Foi um tanto duro, um puxão de orelha forte. Aí deu a palavra aos ministros. Fui o segundo e disse que a Marinha é uma instituição mais que centenária, fundamentada na disciplina e hierarquia, e não se enquadrava na hipótese de autoria dos vazamentos, de modo que eu considerava que a admoestação não havia sido dirigida ao Ministério da Marinha. Ele só balançou a cabeça, entendeu e aceitou.

*Já ouvimos a impressão de que Collor, nessas reuniões ministeriais, tinha uma grande capacidade de síntese.*

Tinha, sim, sua capacidade de síntese era extraordinária. A rapidez com que “pescava” o que interessava era muito grande. Aliás, acho que ninguém chega lá sem ter essa capacidade. Eu diria que ele tinha uma cultura razoável, mas talvez lhe faltasse a experiência indutora de equilíbrio, que só a vida pode dar. Dificilmente alguém a tem no grau necessário à presidência aos 40 anos. O governo de Alagoas não me parece ser uma experiência capaz de suprir a lacuna.

*Ele se despediu dos senhores quando aconteceu o impeachment?*

No dia em que o primeiro-secretário do Senado levou ao presidente a decisão do Senado de que o processaria, e que isso implicava seu afastamento, ele convocou o ministério e os funcionários da Presidência ao salão onde seria feita a entrega. Entrou um pouco antes de chegar o senador e aí disse que todos sabiam do que se tratava e que ele ia aproveitar a oportunidade para agradecer a colaboração e despediu-se. Foi uma despedida educada, com palavras atenciosas. Em seguida entrou o senador, leu a decisão do Senado, e o presidente a assinou. O senador se retirou e

ele também foi embora. Cena braba! Seguiu-se uma situação a meu ver não correta: os funcionários do Palácio do Planalto foram às janelas vaiá-lo, numa demonstração de caráter falho, porque se ele continuasse presidente o aplaudiriam, mas, como foi afastado, vaiaram. Foi uma cena tensa.

*Teve choro, emoção?*

Não que eu visse. A senhora dele estava presente, com a fisionomia que lhe era habitual, não se detectava nada de diferente nela.

*Como o sr. interpreta o governo Collor? Ele foi um presidente injustiçado, inexperiente? Ou o chefe de uma quadrilha?*

O presidente Collor tinha idéias sobre o país. O “emendão” parecia-me correto. Só que ele subestimou as dificuldades de governar o país e, em particular, não soube lidar com o Congresso Nacional, que é cheio de defeitos, mas é o Congresso Nacional. Ademais, a primeira fase do governo dele estava aquém das necessidades do país. Por exemplo, a ministra Zélia, que pessoalmente sempre me tratou com muita cortesia e educação, não tinha a vida e a experiência necessárias para ser ministra da Fazenda de um país complexíssimo, em crise grave. Outros auxiliares importantes, relativamente jovens, também eram inexperientes, embora aparentemente aplicados. Vejam o caso do ministro Magri. Companheiro agradável, alegre; mas será que sua experiência de líder sindical competente, é bem verdade, o credenciava para lidar com a complicadíssima Previdência, que fora associada ao Trabalho num só ministério? E a ministra Margarida Procópio, vinda de Maceió para o Ministério da Ação Social, sujeito às injunções do clientelismo? Aliás, área que produziu mágoa pessoal no presidente, quando sua esposa teve problemas na LBA; lembro-me de ter ouvido dele um desabafo sincero, mais ou menos assim: “Eu disse à Rosane que ela devia ser presidenta de honra, não se meter a administrar, ela não tem experiência”.

Havia, é claro, gente mais experiente, como o professor José Goldenberg, o coronel Osires Silva, Jarbas Passarinho e o dr. Alceni Guerra, injustiçado em problema pelo qual não foi responsável, mas essa gente não era o núcleo forte do governo. Quando houve a crise e a troca de ministros, entraram no ministério pessoas como Hélio Jaguaribe, Celso Lafer, Célio Borja, Jorge Bornhausen, dr. Jatene, Marcílio Marques Moreira, tudo gente de alto gabarito. Houve uma mudança sensível, só que tardia.

Voltando ao presidente, acho que tinha idéias razoáveis, boas, mas não soube se cercar e subestimou a dificuldade da condução dos proble-

mas nacionais. E, ao subestimar a dificuldade, não soube se articular com o Congresso Nacional. Os erros da reorganização administrativa do início do governo, que o Congresso referendou ao aprovar as medidas provisórias pertinentes, demonstram a inexperiência da equipe-núcleo. Um deles foi a junção dos ministérios dos Transportes, das Comunicações e de Minas e Energia no Ministério da Infra-estrutura. A idéia da junção não é, em tese, absurda, mas a junção exigia detalhado estudo de suas particularidades e conseqüências.

Me recordo que, alguns dias depois de ter sido sumariamente extinta a Portobrás, o secretário da Administração, João Santana, procurou-me para sondar se o Ministério da Marinha aceitava ficar com a responsabilidade da dragagem dos portos, já que, com a extinção da Portobrás, a dragagem ficara órfã. Neguei, e a dragagem acabou entregue à Companhia Docas do Rio de Janeiro. Citei esse episódio porque ele mostra não ter havido estudos profundos no preparo das medidas adotadas.

No caso militar, houve um episódio que consegui sustar, por mero acaso. Uma pessoa que estava ajudando na montagem do governo certo dia pediu-me uma idéia sobre onde “pendurar” a ESG. Deduzi que pensavam em extinguir o Emfa. Convidei meu interlocutor ao meu gabinete de chefe do Estado-Maior da Armada — isso foi antes da posse do presidente —, mostrei-lhe as atribuições do Emfa, como eram os planejamentos combinados, doutrinas operacionais, salário, etapa de alimentação, assistência social, esporte, enfim, tudo que é comum às forças ou envolve as três forças. Ele viu, ouviu, e o Emfa continuou, embora seu chefe tenha perdido o *status* de ministro.

*O que mais atingiu os militares, além daquilo que o sr. já mencionou?*

Houve questões de segundo nível. Outro problema foi a proibição do uso do carro oficial. É óbvio que havia abusos, mas estes são corrigíveis sem necessidade de leis radicais. O almirante Sabóia já havia começado uma redução do uso de carro oficial na Marinha, e certamente eu teria continuado. Mas aí aconteceu a proibição total. Então fui ao presidente e disse que a proibição total era inviável, expliquei as razões, e ele concordou. Houve também um problema que afetou todos os ministros: o das residências dos ministros, concentradas naquilo que ficou conhecido como “península dos Ministros”. Havia residências desnecessariamente luxuosas, outras não. A do ministro da Marinha, por exemplo, era uma residência comum, mas o presidente não quis os ministros morando na “península dos Ministros”. Na entrada da península foi estendida uma imensa faixa com a demagógica frase: “Vendem-se casas impopulares para com-

prar casas populares”. Será que a receita da venda das ex-casas de ministros foi mesmo usada para comprar casas populares? Curiosamente, a casa que serviu ao ministro da Marinha não foi vendida, o vice-presidente Itamar foi morar nela. Eu morei em casa particular.

*A imprensa chegou a noticiar que o sr. era o interlocutor militar com o grupo que negociava a substituição pelo vice Itamar.*

Nunca fui tal interlocutor e nunca soube de tal grupo. Houve um evento qualquer em que casualmente estávamos juntos, não só os militares, mas alguns civis também, em que um dos civis, me parece que o Ricardo Fiúza, aventou que os militares poderiam sugerir ao presidente que renunciasse. Retruquei dizendo que a idéia não tinha cabimento. O então chefe da Casa Civil, Jorge Bornhausen, interveio com veemência, cortou a idéia no ato, dizendo que isso não era problema de militar, era problema dos políticos, e, ao que eu saiba, nunca foi levada ao presidente a sugestão.

*Mas demandou-se das Forças Armadas alguma posição mais enérgica?*

Que eu saiba, não houve tal demanda. Talvez tênue insinuação, sem nenhuma conseqüência.

*Por tradição do regime militar, o chefe da Casa Militar era uma grande personalidade da República. Seria lógico supor que o general Agenor, uma pessoa próxima a Collor, funcionasse como um canal de ligação entre os militares e o governo.*

Mas vocês estão se fundamentando no pressuposto de que o presidente Collor tivesse muito interesse na área militar, profissional, mas esse interesse não era grande, acho eu. Nas questões de rotina, o general Agenor funcionava como ligação, sim, e isso era atribuição normal sua. Na conjuntura de crise, o presidente teve a grandeza ou o cuidado, as duas coisas, de não querer nos usar. Quanto ao seu aparente desinteresse pelas Forças Armadas como instrumento de defesa externa, compreensível na ausência de ameaça, penso que ele procurava compensá-lo com gestos simpáticos: voar em avião de caça, mergulhar em submarino etc.

*Quando o presidente Itamar assumiu, ele pediu para o sr. indicar seu sucessor?*

O ministro Sócrates e eu fomos chamados por ele, juntos. Ele nos comunicou que, por motivos que ele não disse quais, nós não continuaríamos ministros e, imediatamente, pediu para eu indicar meu sucessor.

Perguntei-lhe se ele tinha pressa da resposta, disse-me que sim, e, diante da pressa, sugeri o mais antigo, o chefe do Estado-Maior, almirante Serpa. Ele era o mais antigo, era o chefe do Estado-Maior, a *rationale* foi essa. Ele não chegou a ser o mais antigo no serviço ativo à toa. Ao ministro Sócrates, o presidente perguntou sua impressão sobre o brigadeiro Lôbo, teve resposta positiva, e o brigadeiro Lôbo foi escolhido; ele já estava na reserva.

*O almirante Ivan Serpa acabou tendo posições em relação à Marinha bem diferentes das suas. O sr. não levava isso em conta?*

Na hora não imaginei, não. As posições diferentes dizem respeito às concepções de defesa nacional no mar, não têm nada a ver com questões políticas. Nas questões políticas, o almirante Serpa continuou coerente com o que vinha desde o almirante Sabóia. Quer dizer: “não me meto nisso”. Quanto à defesa nacional no mar, eu enfatizo o submarino, que é instrumento útil para o poder menor dissuadir o maior, ou defender-se dele; ademais, há anos eu me convencera de que não há mais espaço para as longas campanhas navais de atrição, com os seus comboios e navios-escolta. Quanto ao almirante Serpa, cuja carreira transcorreu durante muitos anos em contratorpedeiros, é natural e compreensível sua propensão pelo conservadorismo estratégico herdado da II Guerra Mundial e consolidado na Guerra Fria. Como o presidente tinha pressa, a lógica da pressa apontou naturalmente o mais antigo, que teve uma carreira decente, nunca houve nada contra ele, subiu todos os postos normalmente. O seguinte ao almirante Serpa em antiguidade, almirante Jelcias da Silva Castro, era submarinista. Se fosse ele o ministro, provavelmente a minha linha de pensamento sofresse apenas pequenas variações.

*Mas seria complicado se na hora o sr. indicasse o segundo, não?*

Ia ser complicado porque, sob o ângulo de presidente, não havia razão alguma para não ser o mais antigo; seria inócuo comentar com ele a diversidade das concepções de defesa no mar. Assim foi a escolha do almirante Serpa e do brigadeiro Lôbo, mas não sei como foi a escolha do general Zenildo, quatro estrelas na época, relativamente moderno.